



SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: Algumas aproximações

Jaqueline Dayane da Silva Medeiros¹
Juliana Neves Saikkonen²

Resumo

O presente artigo abordará o Serviço Social na Educação, a partir da análise do contexto neoliberal, e os rebatimentos deste nas políticas sociais, em especial na política educacional, trazendo também as variadas expressões da questão social emergentes nesse espaço. Ainda serão apresentadas algumas das possibilidades de atuação do/a Assistente Social no âmbito educacional.

Palavras-chave: Educação. Serviço Social. Questão Social. Política Social.

Abstract

This article will address Social Services in Education, from the analysis of the neoliberal context, and the repercussions of this social policies, especially in education policy, also bringing the varied expressions of social issue in this emerging space. Still will present some of the performance possibilities of the Social Worker with in the educational.

Keywords: Education. Social Work. Social Issue. Social Policy.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: jaquelinemedeiros93@gmail.com

² Estudante de Graduação. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: julianans7@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

Pensar na educação brasileira nos remete a pensar não só nas instituições de ensino de maneira isolada, mas também em instâncias maiores que não se desvinculam da realidade escolar – família e sociedade. Temos nessas instituições uma série de demandas que vão além dos seus muros, são espaços em que a questão social, considerada como “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista” (CERQUEIRA, 1982 apud NETTO, 2011, p. 17), afirmada por Ferreira (2008, p. 27) “[...], como produto das crises econômicas, próprias do desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro, que tem gerado processos sociais conflitivos”, esta e suas mais variadas expressões, vista no âmbito educacional, pressupõe a necessidade da análise e discussão das situações presentes nesse espaço, onde nota-se a necessidade de um trabalho em rede para o enfrentamento das expressões da questão social, buscando assim a garantia e a ampliação de direitos.

Com essa perspectiva, observamos a importância do Serviço Social na política de educação, uma vez que trata-se de uma profissão que tem em seu projeto ético-político e enquanto princípios fundamentais a defesa intransigente dos direitos humanos; a ampliação e consolidação da cidadania; a defesa do aprofundamento da democracia; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação; o posicionamento em favor da equidade e justiça social; além do incentivo ao respeito à diversidade; a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças, entre tantos outros que vão ao encontro e na direção de uma nova ordem societária (BRASIL, 2011; ALMEIDA, 2012).

Neste sentido, o/a Assistente Social enquanto trabalhador/a e inserido/a na divisão sócio técnica do trabalho e considerando o rol de suas competências e atribuições profissionais, tem plena condições e respaldo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para possibilitar o acesso a esses direitos via políticas sociais, além de outras contribuições (ALMEIDA, 2012).

Assim, o presente trabalho trará como discussão o Serviço Social na Educação, a partir de algumas produções teóricas sobre o assunto em questão, situando a princípio, a educação brasileira no contexto neoliberal e a sua expressão no Brasil, objetivando



conhecer de maneira sintetizada os fatores que foram determinantes para as mudanças decorrentes no âmbito da educação brasileira, tendo em vista a mundialização do capital e as mudanças no mundo do trabalho, e quais os rebatimentos e influências sobre esta, apresentando então no segundo item, algumas das expressões da questão social nesse espaço. Para finalizar será abordado o Serviço Social na Educação, trazendo um pouco da história, do trabalho do/a Assistente Social nesse campo, os limites e possibilidades.

2. SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL E A SUA EXPRESSÃO NO BRASIL

Os anos de 1970 foi marcado por uma mudança estrutural no mundo do trabalho e na própria função do Estado, provocadas pelo acirramento de uma crise, considerada por Behring e outros autores como uma crise do capital. Nessa conjuntura, nota-se os rebatimentos dessas alterações no modelo de proteção social e na configuração das políticas públicas provocadas pelo neoliberalismo, sendo assim “submetidas a uma racionalidade mercantil que retira dos serviços sociais sua dimensão de direito” (ALMEIDA, 2011; ALENCAR, 2011, p. 145).

Com as mudanças no papel do Estado, os direitos que deveriam ser universais, passam a ser de alguns e ainda com certas condicionalidades. Assim, partindo da perspectiva neoliberal responsabiliza-se unicamente o cidadão/a cidadã pelo seu sucesso, desconsiderando as particularidades de cada indivíduo em uma totalidade em que as condições não são as mesmas a todos/as, em resposta a um sistema opressor e desigual.

A partir desse contexto, é importante inferirmos sobre a influência da lógica neoliberal na educação³ evidenciando que as transformações no mundo do trabalho e suas novas configurações, a mundialização do capital, a flexibilização do trabalho, as novas e avançadas tecnologias, a informatização, entre outros fatores, atingiram direta e indiretamente as políticas sociais (AMARAL, 2009; CESAR, 2009), não se excluindo a área educacional que também recebeu alguns redimensionamentos voltados

³ Achemos importante situar aqui, referenciando-nos nos escritos do Professor Ney Luiz Teixeira de Almeida, a educação compreendida no âmbito dos direitos humanos e sociais, enquanto política pública.



especialmente para o capital – “o conhecimento se transforma em ferramenta, em instrumento, em potencializador do processo produtivo” (ALMEIDA, 2005, p. 33).

Quanto a esse conhecimento em resposta ao capital, Mészáros (2005, p. 47-48) vem levantando alguns questionamentos:

Será que a aprendizagem conduz à auto-realização dos indivíduos como “indivíduos socialmente ricos” humanamente (nas palavras de Marx), ou está ela a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital? Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal da emancipação humana, em conjunto com uma firme dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem-sucedida, a auto-emancipação da humanidade, apesar de todas as adversidades, ou será, pelo contrário, a adoção pelos indivíduos, em particular, de modos de comportamento que apenas favorecem a concretização dos objetivos reificados do capital?

Esses questionamentos nos levam a repensar e analisar a educação como está configurada nesse contexto neoliberal, e o Brasil evidentemente encontra-se nessa lógica – de “formar cidadãos” para (re) produção do capital. Isso expressa também os seus rebatimentos nos direitos sociais, e reordena as políticas sociais nessa área.

Há que se considerar que a dinâmica revelada na historicidade do processo educacional perpassa pelas mais variadas instituições – família, religião, associações, etc. – que contribuem para a constituição do espaço em questão. Essas instituições também são influenciadas pelas transformações provocadas da necessidade de expansão do capital (ALMEIDA, 2007).

Outro aspecto, são as mudanças no próprio campo da política educacional, resultantes do processo de contrarreforma⁴ do Estado, em que este passa a ter uma função mínima – mais na regulação da economia – “transferindo” parte da sua responsabilidade para o mercado e a sociedade civil (BEHRING, 2008). O Estado, por sua vez, com a mudança no seu perfil, vai refletir no campo educacional.

O que nota-se a partir da década de 1990 é a maior preocupação em um sistema de ensino direcionado para a manutenção do sistema capitalista, do que para um processo de ensino-aprendizagem sob uma concepção de transformação social, e para uma formação de cidadãos e cidadãs conscientes dos seus direitos. Para um dos grandes

⁴ Caracterizado pela acentuada perda de direitos, restringindo a implantação e implementação de políticas sociais e um período onde não se alcançou o esperado crescimento econômico.



intelectuais sobre Educação do país, Gaudêncio Frigoto (2005, p. 16), o projeto neoliberal se “volta à ideia que não vivemos em uma sociedade de direitos, mas numa sociedade mercantil”. Todo esse contexto vai interferir na educação, nas relações sociais, na família e na sociedade de modo geral. E é justamente nesse espaço que nota-se as mais diversificadas expressões da questão social, que a cada período vai se reconfigurando conforme a dinamicidade da realidade, necessitando então de estratégias para o seu enfrentamento. Daí a necessidade do/a Assistente Social na educação, não como um/a profissional que irá resolver todos os problemas, mas um/a profissional que possibilitará o acesso aos direitos sociais via políticas sociais, e que dará respaldo na formulação, implementação e execução da política educacional, através da articulação em rede, e da intersectorialidade entre as políticas públicas. Todo esse trabalho é possível por meio do coletivo de profissionais que estejam envolvidos nesse processo (ALMEIDA, 2007; ALMEIDA 2012; SANTANA, 2005).

Assim levantamos a seguinte questão: como pensar em uma educação emancipatória, pública, de qualidade e como direito social nessa sociedade regida por um sistema excludente, que gira em torno do lucro, da divisão social e técnica do trabalho, onde infelizmente os direitos que deveriam ser para todos acabam sendo para uma parcela da população? É de responsabilidade do Estado dentre outros direitos, assegurar o direito à educação, contudo existe uma aproximação cada vez maior entre o público e o privado, havendo um repasse do que é dever do Estado para o mercado e a sociedade civil (BEHRING, 2008). A questão é que o Estado também vem em resposta a essa lógica, estabelecendo uma maior ligação com o mercado – privatizando os serviços –, e em contrapartida deixando a maioria da população desprovida dos serviços essenciais para as condições dignas de vida. “O que temos desde então, é a flexibilização do trabalho, a perda de direitos, e a diminuição do investimento estatal nas políticas sociais” (GUERRA, 2010).

Cenário este que acirra as diversas expressões da questão social, as quais acabam por rebater também no espaço escolar. Expressões resultantes de todo um contexto histórico, social, político, cultural e econômico, que perpassam as três dimensões: escola-família-comunidade (ALMEIDA, 2012).



3. AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Atualmente se vê cada vez mais a necessidade de pensar em possibilidades de um trabalho multidisciplinar na política de educação e no contexto escolar. Trata-se de um espaço onde circundam-se as variadas expressões da questão social, e quando problematizamos, observamos e analisamos essa dinâmica, notamos a dimensão dessas questões presentes não só no interior das instituições educacionais como evidentemente, no contexto que a circunda, afinal são situações que envolvem diversos sujeitos, que vinculam-se direta ou indiretamente com o/a aluno/a, professor/a, e demais profissionais da educação (ALMEIDA, 2012).

Podemos identificar quais são os tipos de demandas que se apresentam no âmbito educacional, e quais as possíveis respostas a essas demandas diante desse contexto de fragmentação do trabalho, do sucateamento da máquina pública, retração do Estado, e outros elementos que envolvem a realidade contemporânea (SANTANA, 2005).

Algumas das situações vivenciadas na escola e que podemos considerar que vem sendo crescente nos últimos anos são relacionadas à violência, gravidez na adolescência, baixo rendimento, evasão escolar, dificuldades de aprendizagem, bullying, trabalho infantil etc. Outra expressão decorre da própria situação socioeconômica da população que reflete em todas as esferas da vida social. Então, como podemos identificar são muitas as situações que percorrem nesse espaço, em que não podemos deixar de analisar os motivos que levam a decorrência desses fatores, fazer a reflexão sobre determinada realidade e isso considerando os aspectos que vão além dos muros da escola, e assim buscar caminhos para uma melhor condição de vida – social, econômica, familiar (CFESS, 2011; ALMEIDA, 2012; SANTANA, 2005).

Dessa forma e tomando como respaldo as orientações e propostas de minuta para a elaboração de Projetos de Lei que regulamentem a inserção dos/as assistentes sociais na educação básica, pode-se concluir que “a atuação do Serviço Social espalha-se como possibilidade de enfrentamento das manifestações da questão social, seja no atendimento imediato dos educandos/as, familiares e comunidade, seja na ampliação ou redefinição da leitura da realidade pelos diversos educadores” (CFESS, 2011, p. 58).



4. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Entendendo que a educação não se restringe ao equipamento da escola, mas envolve toda história e circunstância que nos levam a uma análise global e da percepção da questão social e suas múltiplas expressões, é que vemos a importância da atuação desse/a profissional, como aquele/a capacitado/a para contribuir na formulação, implementação, gestão e execução das políticas sociais, bem como na própria política educacional, e outras competências e atribuições que são previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação 8.662/93 da profissão. Para Almeida (2007),

[...] pensar a atuação do/a Assistente Social nessa política educacional envolve a compreensão da dinâmica e complexidade deste campo de atuação do Estado e da sociedade civil [...]. Pensar na inserção dos/as Assistentes Sociais exige identificar que a política educacional engloba diferentes níveis de modalidades de educação e ensino: a educação básica que é composta pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos; a educação profissional; a educação superior e a educação especial. [...] É o Estado o responsável pela organização e execução desses níveis de educação e ensino.

São várias as possibilidades de atuação dos profissionais de Serviço Social nesta área, dentre as quais destacamos: o desenvolvimento de trabalhos, promoção e realização de encontros, palestras para o fortalecimento da relação escola-família; realização de encaminhamentos na tentativa de enfrentar as situações de risco e vulnerabilidade social; acompanhamento dos programas sociais; promoção e articulação entre as políticas sociais para o desenvolvimento de atividades que trabalhem a inclusão social; viabilização da comunicação entre os órgãos de garantia de direitos como os Conselhos de Direitos, Conselho Tutelar e Ministério Público; abertura de diálogo entre os profissionais da educação, desenvolvendo um trabalho em conjunto e com a defesa de iguais interesses. Outra possibilidade pode acarretar da articulação em rede dos serviços, trata-se aqui da intersetorialidade, onde as práticas fragmentadas, e o/a Assistente Social pode se colocar como mediador dessa articulação (ALMEIDA, 2012; CEFESS, 2011; SANTANA, 2005).

Essas são algumas possibilidades para o trabalho do/a Assistente Social no âmbito educacional, ações essas que são regulamentadas pelo Código de Ética do/a Assistente Social, pela Lei 8.662/93, e sustentadas por um projeto de formação profissional. Como podemos perceber existe uma vasta dimensão em que se pode



trabalhar, isso em conjunto com todos/as profissionais, com ações que se complementam, com o compromisso e defesa dos direitos humanos e sociais, da cidadania, da garantia do acesso, da permanência e da qualidade no ensino, que envolvem limites, mas também há uma série de possibilidades, as quais envolvem não só as instituições de ensino, como também as diversas dimensões da vida social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aproximações do Serviço Social na Educação que apresentamos, é um esforço de discutir e refletir sobre a inserção do Serviço Social no âmbito educacional evidenciando alguns dos limites e das possibilidades nesta área. É importante ressaltar que as discussões que giram em torno dessa questão não têm por objetivo maior trazer a inserção do/a Assistente Social na educação por se tratar da abertura de mais um espaço ocupacional, mas sim por compreender que nesse espaço há uma demanda manifestada pelas diferentes expressões da questão social, onde se relaciona também uma variedade de sujeitos e de situações que devem ser percebidas, analisadas e pensadas numa dimensão de totalidade, considerando as múltiplas determinações que circundam esse espaço dinâmico, contraditório e também cheio de possibilidades de atuação profissional, para então receber a intervenção de profissionais comprometidos com a ampliação de direitos, e tornando possível de fato, a qualidade no ensino, a inclusão, a permanência, a sociabilidade, entendendo que tudo isso poderá influenciar na vida de todos/as aqueles/as envolvidos/as (ALMEIDA, 2012).

Trata-se de um processo permanente, que tem os seus desafios, já que estamos inseridos em uma realidade em que o Estado na maioria das vezes não estabelece o amparo legal, ou não cumpre o que é de sua responsabilidade. O lugar em que nos encontramos hoje é entre um Estado ausente e/ou recrudesciente e um mercado cada vez mais presente e opressor. E nessa lógica, as políticas sociais passam por redimensionamentos, e redução de direitos, acabando por refletir diretamente na vida de toda população.

Tendo em vista que o/a Assistente Social é um/a profissional que trabalha com as políticas sociais, e que tem em sua formação as três dimensões – teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa – voltadas para uma perspectiva crítica,



propositiva, e de ampliação de direitos, acredita-se que este/a poderá contribuir com os/as demais profissionais da educação para a construção de um espaço em que busque a efetivação dos direitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janaina Loeffler de. *Subsídios para atuação do Serviço Social na Política de Educação em Mato Grosso*. Cuiabá, 23 março, 2012. Palestra proferida no I Seminário Estadual de Serviço Social na Educação em Mato Grosso.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. *O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais*. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria8_neyteixeira.doc>. 2007. Acesso em: 10 jan. 2013.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. *Serviço Social, trabalho e políticas públicas*. – São Paulo: Saraiva, 2011.

AMARAL, Angela Santana do; CESAR, Monica. *O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas*. In: ABEPSS e CFESS. (Org.). *Direitos Sociais e competências profissionais*. Brasília: Universidade de Brasília-UNB CEAD, 2009, v. 1.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 9. ed. rev. e atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL GT DE EDUCAÇÃO. *Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação*. Brasília, jun. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Serviço Social na educação*. Brasília, set. 2001.

FRIGOTO, Gaudêncio - 2005. Política educacional e questão social. In: *Revista Em foco*, n. 3 – 1ª reimpressão – nov. 2008.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. *A precarização do e no exercício profissional do assistente social*. In: XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Dez. 2010.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.



NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 8. ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

SANTANA, Necilda de Moura - 2005. O Serviço Social na educação. *In: Revista Em foco*, n. 3 – 1ª reimpressão – nov. 2008.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. *Questão social e serviço social no Brasil: fundamentos sociohistóricos*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.